

Trabalho produtivo e improdutivo

No início do período moderno, a burguesia nascente sabia como "fazer negócios", isto é, como retirar lucro de suas trocas mercantis; sabia como cobrar os juros e os preços. Todavia, não conseguia ainda entender muitas das "leis do mercado"; não compreendia, acima de tudo, de onde proveria a força do dinheiro para moldar o mundo à sua (do dinheiro) imagem e semelhança. Para se ter uma idéia, a lei da oferta e da procura, então já ativa há séculos, apenas foi descoberta na Inglaterra ao redor dos anos de 1580: até então os preços subiam ou desciam sem que se soubesse explicar, e portanto, "prever", essas variações. Foi para investigar questões como essa que surgiu a Economia Política Clássica. E foi com ela que surgiu a distinção entre o trabalho produtivo e improdutivo.

Com o desenvolvimento das relações mercantis, a burguesia começou a se dar conta que há dois, digamos, "tipos" de salários: um do qual advém lucro e, outro, que não. Numa manufatura, por exemplo, quanto mais artesãos o burguês puder contratar (e isso depende, claro, não apenas de sua vontade, mas fundamentalmente das condições do mercado) maior será o seu lucro. O salário dos artesãos é um salário que gera lucro. Por outro lado, um segundo contador, mais vigias, etc., são salários que não geram lucro, antes são "custos". Foi a partir de então que começou a fazer sentido a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo. O primeiro é aquele "produtivo de lucro", o segundo representa o custo do negócio.

Na Idade Média, no escravismo ou no período primitivo, um trabalho "improdutivo" seria a mais completa inutilidade. Isto porque, com todas as mediações cabíveis a cada formação social, o trabalho ainda estava muito próximo à produção de valores de uso e, por isso, falar em trabalho produtivo não passava de tautologia. Foi com a expansão das relações mercantis entre os séculos XV e XVIII, isto é, com o crescimento da importância na reprodução social do valor de troca, que tivemos a gênese da distinção entre aquele trabalho assalariado que produz lucro e aquele outro que não o produz. Um bom negócio deveria contar com o máximo de trabalhadores produtivos e o mínimo necessário de improdutivos, por exemplo.

Com a Revolução Industrial (1776-1830), junto com o conjunto da sociedade burguesa, a distinção entre o trabalho produtivo e o improdutivo atingiu a sua maturidade. A indústria se tornou o pólo mais dinâmico da reprodução do capital e o lucro comercial ou os juros deixaram de ser o seu momento predominante (que é distinto do seu momento fundante, como veremos mais à frente). Com isso as categorias de trabalho produtivo e improdutivo também adquirem sua maturidade histórica: é produtivo o trabalho assalariado que produz mais-valia e improdutivo aquele que não produz mais-valia.

Até esse ponto foi a Economia Política Clássica. *Da perspectiva do capital* – e tão somente dessa perspectiva – a distinção fundamental a ser feita é entre as atividades assalariadas que produzem mais-valia e aquelas que não produzem mais-valia. Dessa perspectiva -- muito restrita --, os trabalhadores assalariados se dividem em dois grandes agrupamentos. O primeiro é composto 1) pelos trabalhadores que, no *agrobusiness*, nas fábricas e no transporte, transformam a natureza; e, 2) também por aqueles trabalhadores que, no setor de serviços, produzem mais-valia, como o professor da escola privada e outras atividades assemelhadas (mais sobre isso à frente).

O segundo agrupamento é composto 1) pelos trabalhadores que, no interior das fábricas, *agrobusiness*, transporte e serviços que produzem mais-valia exercem as atividades de controle e vigilância dos trabalhadores: os engenheiros, que concebem como e o que será produzido, os funcionários do departamento de pessoal, do departamento jurídico, os executivos que administram o negócio, os assistentes sociais, os vigias e toda a hierarquia que compõe o "despotismo" do capital sobre o trabalho, etc.; 2) os trabalhadores dos serviços que não produzem mais-valia (os trabalhadores domésticos, etc.) ; 3) os trabalhadores do Estado (sempre o aparelho especial de repressão com que as classes dominantes contam para manter a reprodução de sua propriedade privada); e, 4) por fim, os trabalhadores do comércio e dos bancos (sobre eles, voltaremos mais abaixo). Todos esses trabalhadores não produzem mais-valia: representam "custos".

Os trabalhadores improdutivos compõem uma enorme massa de assalariados, muito mais numerosa e heterogênea do que a dos trabalhadores produtivos. Todavia, imediatamente (ou seja, não é essa *toda* a história), o capital se valoriza pela produção da mais-valia. Se isso é assim, porque então necessita o sistema do capital de tal quantidade de assalariados que não produzem mais-valia? Porque o sistema do capital é perdulário em sua essência. Ele precisa de um sistema de controle hierárquico sobre o trabalho que é um gigantesco desperdício: desde as carteiras de identidade e passaportes, até o controle minucioso das ações dos operários no interior das fábricas, a sociedade burguesa vai se desenvolvendo em um enorme mecanismo de controle da sociedade. Essa perdularidade é o que torna imprescindível a gênese, o crescimento e hipertrofia do setor improdutivo.

A perdularidade essencial ao sistema do capital torna o trabalho improdutivo indispensável à sua reprodução. Esse fato gera a ilusão de que, por serem "necessários" à reprodução do capital, os trabalhadores improdutivos seriam igualmente produtivos: a distinção entre trabalhadores produtivos e improdutivos teria desaparecido, ou perdido importância, nos dias de hoje. Braverman, com *Trabalho e Capital Monopolista*(1981), é o mais clássico representante dessa vertente. Para Marx, a distinção entre o trabalho produtivo e improdutivo não se radica no fato de serem necessários ao capital – ambos o são,

como vimos – mas sim nas distintas funções sociais que exercem: o primeiro produz mais-valia, o segundo não o faz. (Marx, 1985:105)

É essa distinção – ontológica – entre as funções que exercem na reprodução do capital que faz com que, *do ponto de vista da reprodução do capital* (e esta não é, repetimos, *toda* a história), Marx adote criticamente a distinção da Economia Política Clássica: os trabalhadores se dividem entre aqueles que geram mais-valia e aqueles que não o fazem.

Essa não é, todavia, *toda* a história.

Como a relação entre o capital e a humanidade não é uma relação de identidade, mas de alienação (*Entfremdung*), a reprodução do capital não é idêntica à reprodução do ser social. A socialidade, se Marx estiver correto, tem no intercâmbio orgânico com a natureza (o trabalho) sua categoria fundante. Se o trabalho funda o ser social em sua universalidade, o trabalho primitivo funda as sociedades primitivas, o trabalho escravo funda o escravismo, o trabalho servil o feudalismo e, por fim, o trabalho proletário funda o modo de produção capitalista. E a razão decisiva dessa situação ontológica é que sem a transformação da natureza nos meios de produção e de subsistência, não há qualquer reprodução social possível. Portanto, se a produção da mais-valia é a mediação pela qual se dá *imediatamente* a reprodução do capital, isto não cancela o fato de que a reprodução da sociabilidade capitalista depende de sua capacidade em continuar retirando da natureza os meios de produção e subsistência a ela imprescindíveis. Ou seja, a distinção entre o trabalho produtor de mais-valia e não produtor de mais-valia não é a única na reprodução do sistema do capital. Há também a distinção entre o trabalho fundante que retira da natureza os meios de produção e de subsistência e o trabalho abstrato, ou seja, a totalidade das atividades assalariadas. É essa distinção que particulariza os proletários frente aos demais assalariados: proletários (ou operários) são os trabalhadores assalariados que, ao converterem a natureza, fundam a sociabilidade burguesa. São eles, nas palavras de Marx, os "produtores" do capital. (Marx, 1985:188 n.70)

A complexidade do conjunto dessas relações reside no fato de que duas dimensões da vida social – igualmente reais -- sobrepõem-se pela mediação dos complexos alienantes oriundos do capital. A primeira: se quase toda conversão da natureza se converteu em trabalho assalariado, nem todo trabalho assalariado converte a natureza em meios de produção e de subsistência. A segunda: se toda conversão da natureza em meios de produção e de subsistência por meio do trabalho assalariado produz mais-valia, nem toda a geração de mais-valia ocorre no intercâmbio com a natureza. Vejamos cada uma dessas sobreposições:

- **o trabalho proletário do campo e da cidade:** produz a mais-valia pela conversão da natureza em meios de produção e de subsistência. Produz novos produtos (ferro, alimentos, roupas, casas, carros,

estradas, etc.) que, por advirem da transformação da natureza, continuam existindo após o fim do processo de trabalho. Assim, a cada instante trabalhado, o proletário acrescenta um novo *quantum* de riqueza ao já acumulado pela sociedade, ampliando a riqueza geral da sociedade. Uma sociedade com mais estradas, ferro, alimentos, etc., do que no passado acumulou uma riqueza que corresponde ao montante de trabalho humano plasmado nos novos produtos. *Do ponto de vista da reprodução do capital*, essa ampliação da riqueza da sociedade comparece como a ampliação do capital social total, para empregar a expressão de Marx (Marx, 1985:164). Ao produzir um novo meio de produção ou de subsistência, o proletariado *produz* um novo *quantum* de capital: ele valoriza o capital ao produzi-lo. E como a transformação da natureza requer a atuação da "corporalidade" (Marx, 1983: 149-50) dos humanos, esse é necessariamente um "trabalho manual". "[...] como o homem precisa de um pulmão para respirar, ele precisa de uma 'criação da mão humana' para consumir produtivamente forças da natureza" (Marx, 1985:17).

- **o trabalho produtivo de mais-valia fora do intercâmbio com a natureza:** com o desenvolvimento das relações mercantis, expande-se uma nova possibilidade de valorização de capital pela exploração de alguns serviços (nem todos os serviços, evidentemente). O exemplo de Marx é o do professor em uma escola privada. (Marx, 1985:105-6) Outros muitos exemplos podem ser dados, inclusive os profissionais da saúde que trabalham nos planos de saúde e hospitais privados. Nessa esfera, temos a geração da mais-valia ao o capital vender o serviço por um valor maior do que o valor da força de trabalho empregada: o preço da aula que os pais pagam é muito superior ao valor da hora-aula do salário do professor, etc. Nisso, as coisas são análogas ao que encontramos no trabalho proletário. A distinção fundamental está na função social que exercem tais trabalhadores produtivos não operários: eles geram mais-valia, eles "valorizam" o capital e, todavia, não "produzem" capital. O montante de mensalidades que os pais pagam ao burguês dono da "fábrica de ensinar" (Marx, 1983:106) é idêntico à soma da mais-valia apropriada pelo patrão acrescida dos salários e dos os custos de manutenção da escola (incluindo as propinas aos funcionários públicos, etc.). O dinheiro (isto é, a riqueza empregada para as despesas pessoais) dos pais dos alunos se transfere para o cofre do burguês. O que os pais dos alunos perderam de um lado, o burguês ganhou de outro: não houve a produção de nenhum novo *quantum* de riqueza, nem o capital social total se ampliou. Houve, apenas, a conversão da riqueza que já existia sob a forma de dinheiro no bolso dos pais dos alunos na riqueza sob a forma capital no cofre do burguês. Esse é o exemplo clássico da geração de mais-valia sem a "produção" do capital.

De onde, todavia, se originou esse dinheiro que estava no bolso dos pais dos alunos? Sempre do trabalho proletariado, o que varia apenas é a mediação. Se o pai do aluno for um burguês que expropria

diretamente os operários, veio da riqueza produzida por esses últimos. Se ele for um burguês do comércio e dos bancos, veio da mais-valia produzida pelos operários, como veremos logo abaixo. Se ele for um assalariado não proletário da indústria, ou um assalariado dos bancos ou do comércio, a riqueza que é convertida em seu salário também advém da riqueza produzida pelos proletários. O mesmo ocorre com o funcionário público, pela mediação dos impostos. Portanto, a origem de toda a riqueza sob a forma dinheiro presente na sociedade é o trabalho proletário.

O trabalho produtivo de mais-valia exerce, portanto, duas funções sociais distintas: o trabalho proletário "produz" o capital, o trabalho produtivo não proletário apenas gera mais-valia pela conversão da riqueza já existente sob a forma dinheiro para a forma capital. E, *de um ponto de vista mais amplo que a mera reprodução do capital*, temos aqui a relação entre o trabalho fundante da sociabilidade e a porção fundada da vida social: o trabalho proletário produz o capital, gera toda a riqueza da sociedade capitalista. Funda, por isso, a sociabilidade burguesa madura. O trabalhador produtivo não proletário, como o professor da escola primária, não produz o capital; apenas converte a riqueza já produzida pelos proletários e que se encontra sob a forma de dinheiro para a forma capital. Concentra a riqueza já produzida e difusa na sociedade nas mãos da burguesia. Faz parte da porção fundada da sociedade.

- **o trabalho assalariado do comércio e dos bancos.** Como prometido, vamos agora aos bancos e ao comércio. O desenvolvimento do capitalismo torna mais lucrativo ao industrial ceder a venda de seus produtos aos comerciantes do que ele, industrial, vendê-los diretamente. Como a mercadoria terá que ser vendida pelo seu valor, o comércio apenas se encarregará de sua venda se uma parte da mais-valia produzida na indústria for a ele transferida. Para tanto, o comerciante compra do industrial por 8 unidades uma mercadoria cujo valor é, digamos, 10 unidades. Ao vendê-la, em seguida, por 10, se apropria de 2 unidades que correspondem à mais-valia expropriada do trabalho proletário pelo industrial e transferida ao comerciante. *Mutatis mutandis*, o mesmo ocorre com o pagamento de juros aos bancos. (Marx, 1985:151) A riqueza que se converte em salário dos trabalhadores desses setores não inclui, portanto, nenhuma produção de mais-valia. Por isso tais trabalhadores são trabalhadores improdutivos.

Por fim: a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo só faz sentido, como vimos, *do ponto de vista do capital*. As categorias de trabalho produtivo e improdutivo são – esperamos que esteja claro – subcategorias do trabalho abstrato. Ser trabalhador produtivo ou improdutivo significa, portanto, imediatamente, ser explorado pelo capital. Do ponto de vista da contradição mais genérica entre o capital e o trabalho abstrato, se desdobra uma exploração que se expressa ao redor dos salários (ou da jornada de trabalho). *Na perspectiva da reprodução do capital* – e, novamente, esta não é toda a história – todos

os assalariados se equiparam no sentido de que lutam por aumentar o preço de sua força de trabalho enquanto os burgueses fazem de tudo para rebaixá-lo.

Tais lutas ocupam um lugar importantíssimo no desenvolvimento da sociedade burguesa; todavia não são expressões da contradição antagônica entre o proletariado e a burguesia ao redor da propriedade privada, do Estado, do casamento monogâmico (do patriarcalismo) e das classes sociais. O fundamento ontológico dessa distinção entre o proletariado e os demais assalariados está no local distinto que ocupam na estrutura produtiva. O trabalho proletário funda a sociedade burguesa. Com as devidas mediações, os trabalhadores não-proletários, produtivos ou não, têm a origem da riqueza que se converte em seus salários na exploração, pela burguesia, do trabalho proletário. Apenas e tão somente os proletários vivem da riqueza que eles mesmos produzem. Ou seja, como em todas as sociedades de classe, também o capitalismo se subdivide em uma classe que produz toda a riqueza da sociedade e os outros setores que a parasitam.

Os trabalhos produtivo e improdutivo, portanto, correspondem a uma distinção específica às sociabilidades regidas pelo capital; são subcategorias do trabalho abstrato. Servem para particularizar o trabalho produtor de mais-valia do trabalho que não produz mais-valia. À essa distinção se sobrepõe, sem que a cancele, uma outra: a relação entre o trabalho abstrato e o trabalho fundante do ser social. O trabalho fundante da sociabilidade burguesa – que corresponde, nos dias de hoje, ao trabalho "condição eterna" (Marx, 1983:153) da vida social – é o intercâmbio com a natureza realizado pelo trabalho proletário. Este *produz* o capital pela conversão da natureza em meios de produção e de subsistência; os demais trabalhos assalariados, gerando ou não mais-valia, não produzem nenhuma nova riqueza e, por isso, tal como a burguesia, parasitam o trabalho proletário. O que distingue a burguesia desses setores assalariados parasitários é o fato dela extorquir diretamente o trabalho proletário – e, com isso, ficar com a maior parte da riqueza produzida. Aos assalariados não proletários resta a disputa pela divisão do extorquido dos operários pelas lutas "econômicas" (Lênin) ao redor do valor dos salários. Apenas o proletariado reúne, por isso, as condições históricas para se converter no sujeito da revolução pela abolição da propriedade privada, do Estado e do casamento monogâmico (o patriarcalismo). Por isso tal revolução, para distinguir das revoluções burguesas, é cientificamente denominada de Revolução Proletária.

Marx, K. (1983, Tomo I, 1985, Tomo II) *O Capital*. Vol I, Ed. Abril Cultural, São Paulo.

Braverman, H. (1981) *Trabalho e capital monopolista*. Zahar ed., Rio de Janeiro.

Bibliografia indicada:

Marx, K. (1983, Tomo I, 1985, Tomo II) *O Capital*. Vol I, Ed. Abril Cultural, São Paulo.

Teixeira, F. (1995) *Pensando com Marx*. Ed. Ensaio, São Paulo.

Netto, J.P. e Braz. () M. *Introdução à Economia Política*. Cortez Editores, São Paulo.

Napoleoni, C. (1981) *Lições sobre o capítulo sexto. (inédito) de Marx*. Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo.